



**MEDIDA.** Estados poderão assumir funções de agências reguladoras

## Decreto gera crítica de grevistas

EUGÊNIA LOPES  
TÂNIA MONTEIRO  
AGÊNCIA ESTADO

Brasília, DF – No dia seguinte à apresentação de uma proposta de reajuste entre 25% e 40% para os professores universitários e de institutos de pesquisa e de sugerir rever o corte do ponto de 350 mil grevistas em troca de uma trégua de 15 dias, a resposta dos servidores foi uma nota de repúdio à decisão da presidente Dilma Rousseff de permitir que os Estados e municípios assumam as atribuições das agências reguladoras.

“Em vez de a presidente Dilma ter coragem de negociar com a categoria

que faz a regulação federal, que está em greve, optou por uma decisão autocrática de repassar competências exclusivas da União para os estados, municípios e Distrito Federal, ferindo a segurança sanitária brasileira, internacionalmente reconhecida como de excelência, essencial para a saúde pública de cada cidadão”, afirmou a nota do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências). “Acreditamos que a chefe de Estado está sendo mal orientada juridicamente, por quem de direito o faz, na garantia dos atos institucionais da Presidência da República.”

O decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff reduz o “poder de fogo” dos funcionários grevistas das agências reguladoras ao permitir, por exemplo, que os estados e municípios assumissem as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Com essa medida, o governo quer evitar interrupções na entrada de produ-

tos pelos portos do País por falta de inspeção e de liberação sob a responsabilidade da agência reguladora.

Para o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, o decreto visa a impedir que serviços essenciais sejam interrompidos. “Estamos endurecendo no que concerne à garantia de funcionamento do serviço público. O serviço público federal não ficará paralisado por conta de uma greve. E as medidas que forem necessárias para garantir este funcionamento serão tomadas, seja esta de convênio com estados e municípios assinadas hoje, sejam adoções de outros procedimentos”. ☉

;

### Objetivo

Governo quer evitar que serviços sejam interrompidos devido à paralisação